

ATA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 29-4-2024.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezenove horas e quatro minutos, foi realizada a chamada para a Quarta Sessão Extraordinária, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, e Tiago Albrecht. Em COMPARECIMENTO, manifestou-se Claudio Janta. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; Léo Voigt, Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte; Roberto Rocha, Procurador-Geral do Município; Fernando Ritter, Secretário Municipal da Saúde; Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior, Coordenador-Geral da Defesa Civil; Cristiano Roratto, Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania. Em seguida, Léo Voigt pronunciou-se acerca do tema em debate. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às dezenove horas e vinte e sete minutos. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (19h04min) Havendo quórum, estão abertos os trabalhos da 004ª Sessão Extraordinária, dando continuidade ao comparecimento. O Sr. Léo Voigt está com a palavra.

SR. LÉO VOIGT: Para proferir as respostas das questões que eu consegui compreender e anotar. Inicialmente, a Ver.^a Biga diz que tem muitas denúncias e pedidos de informações. Estamos 100% à disposição, não há nenhuma informação a sonegar, e todas denúncias, como órgão executor, como gestor, nos cabe acolher e verificar. Não há... Foi repetido várias vezes aqui que teve uma chuva de denúncias contra a pousada. Toda denúncia foi averiguada, e o que ainda não foi averiguado, ainda está em averiguação e está em processo, mas nós não temos nenhuma denúncia não atendida, nenhuma denúncia não acolhida. Nós não temos pendências de denúncias no sistema de serviço socioassistencial que não foram devidamente encaminhadas. E há uma diferença entre denúncias ditas ao ar, porque nós somos um órgão público, nós temos que atender

denúncias feitas por escrito, com origem, com assinatura, e isso tem que virar processo, nós não podemos acolher os disse-me-disse.

A segunda pergunta da vereadora é: “Por que só agora as vistorias?” Isso é que não procede, o que nós estamos fazendo é um novo tipo de vistoria, que é um pente-fino para além das vistorias feitas pela assistência social. A Pousada Garoa, da Av. Farrapos, teve a última fiscalização de serviço no dia 5 de julho de 2023. O relatório – podemos até entregar – viu que ela estava em conformidade em todos os itens que a assistência social verifica e, ao final, tem apenas a recomendação de que sejam feitas pinturas em determinados locais, porque estava comprometida a pintura, bem como sejam recolocados alguns azulejos; todos os demais itens estavam em conformidade com a habitabilidade, exigida pela assistência social. Bom, por fim o delegado afirmou, vereadora, que estava descartada essa hipótese, ele vai ter que recuar e voltar atrás; o delegado se precipitou e me assustou. Quando ele fez essa afirmativa eu estava presente, eu não vi pela imprensa, eu estava de corpo presente, e ele fez isso realmente. O delegado vai ter que mudar sua posição ou vai ter que se retratar, porque tudo indica que não será esse o encaminhamento do inquérito. O Ver. Robaina fala muito assim sobre o valor, importante, pago pelo serviço; o nosso valor é menor do que paga o sistema Conceição. O sistema Conceição paga mais pela mesma vaga que nós pagamos, é mais caro. Agora, o que me surpreende, vereador, queria lhe dizer fraternalmente, é que a sua cobrança parte do pressuposto que o recurso é elevado demais; na nossa opinião, ao contrário, eu inclusive vim aqui, pronto para ser questionado quão baixo é o valor pago pela...

(Aparte antirregimental.)

SR. LÉO VOIGT: Não, não, deixa eu só concluir, vereador, eu gostaria... Se eu não puder concluir; bom, é o seguinte: o valor pago pelo Município é R\$ 18,00 a diária, isso significa que uma mensalidade na pousada é R\$ 540,00. Com um valor tão espartano, é claro que nós vamos ter condições franciscanas na pousada. Então, eu estava pronto para receber a cobrança ao contrário, de que o valor era deprimido, quando ele poderia ser um valor maior para, quem sabe, poder oferecer melhores condições. Nesse sentido, a observação do Ver. Ramiro Rosário, temos que acolher, de fato, nós não temos portaria em todas as unidades da Garoa, só em algumas, quem sabe é uma das modificações que nós temos que fazer daqui para frente. Nas primeiras horas a hipóteses que nós estamos vendo para o futuro, uma é quem sabe, remunerar melhor o contrato e ter exigibilidade de portaria, como uma casa de estudante, em que a pessoa só entra se identificada. Hoje não é assim, vulnerabilizando os moradores e facilitando o acesso. O segundo... Eu preciso ficar no meu raciocínio porque eu tenho TDH, se eu me disperso eu não sou capaz de responder. O segundo item que talvez nós tenhamos que rever é o fato de ter esse público misto – pessoas privadas junto com pessoas da assistência social. Por isso que nós não estamos conseguindo identificar muitos dos mortos, porque nós não temos nenhum histórico de vida das pessoas que não são da assistência social e que padeceram no episódio. Portanto não se sabe onde recorrer, não tem família, não tem fonte, não tem

onde obter DNA; o que nós conseguimos, de alguma forma ou de outra, se existe família, no caso da assistência social.

Bom, também disseram que nós fazemos negócio com empresário estelionatário. É o seguinte, nós abrimos um edital de credenciamento, quem prende os criminosos é o judiciário; não somos nós, da assistência social, que vamos dizer: “Tu estás apta, tu não estás apta; tu proferiste tal pecado e tu não pecaste”. Não somos nós que fazemos esse discernimento, é a lei; e a lei não botou esse empresário fora da atuação empresarial. E ao contrário para nós, temos com ele uma relação produtiva, de diálogo direto, de atendimento dos pedidos, de facilidade de acesso ao empresário; não temos com ele dificuldades de diálogo.

Por fim, Ver. Ramiro Rosário, sobre a morte na Rua Jerônimo Coelho. Olha, na Jerônimo Coelho, houve um sujeito que foi lá, botou fogo e provocou uma morte. Então, houve um crime com processo policial, judicial e penal executado. Portanto todo mundo está querendo que, lá atrás, os poderes públicos, tanto GHC quanto nós, interrompamos o contrato com a Garoa. Neste caso, a empresa foi vítima de um crime, quem é que tem autoridade de interromper um contrato se o prestador de serviço foi vítima de um crime, como nós e como as pessoas que morreram, que padeceram? Então, é possível que algo semelhante, em maior escala, tenha acontecido também no caso da pousada da Av. Farrapos.

A pergunta do Ver. Jonas, que eu não vi mais aqui, é quem desenvolveu os termos da licitação. Bom, tanto as regras da licitação, quanto o termo de referência são desenvolvidos pelos quadros da FASC. A FASC tem equipamento, estrutura, pessoal, autonomia e experiência, em alguns temas, muito mais expertise do que a administração direta da Prefeitura, e é ela que desenvolve isso. A FASC tem inclusive uma autonomia relativa, não é uma autonomia total, mas uma autonomia relativa para contratar serviços.

O Ver. Jonas também pergunta se nós seguimos o SUAS. Sim, os serviços da FASC são tipificados pelo SUAS. Só que o SUAS, senhoras e senhores, é uma conquista muito recente da política pública de proteção e, antes do SUAS, já preexistia um conjunto de projetos, serviços e contratações que, ou terão que ser descontinuados – e até agora as municipalidades não descontinuaram, os que não estão tipificados –, como também têm que prever uma transição para enquadrar no SUAS, mas não houve interrupção dos serviços que não são tipificados, porque, de alguma forma, eles são relevantes. Eu vou insistir na minha afirmativa da abertura: para nós podermos tirar 300 pessoas da rua é uma coisa muito importante, e a única forma de fazer isso é oferecendo pousadas, porque eles aderem a essa política.

Bom, eu acho que Dr. Roberto Rocha já esclareceu que a lei de liberdade econômica não é dispensabilidade para cumprir legislação, e que todas as exigências devem ser mantidas diante de eventuais facilidades de iniciar uma atividade econômica, mas isso não significa facilidade e dispensabilidade de cumprir a legislação.

O Ver. Jessé referiu duas, três vezes às famílias dos mortos. Senhoras e senhores, foi impressionante, mas, de todos os dez mortos nós só temos uma família que se apresentou até o presente momento, então são pessoas que têm laços totalmente

rompidos e a não referência familiar. No sepultamento, que foi um sepultamento muito emocionante, o padre Lucas, da Igreja das Dores, disse: “Senhoras e senhores, nós não temos aqui presente a família biológica dessas pessoas, portanto nós aqui somos a família comunitária”, e estava presente a igreja, estavam presentes os trabalhadores da assistência social, dois coordenadores do serviço de atendimento da rede conveniada que atendiam essa população e três secretários municipais presentes. Nós ali, então, fizemos as exéquias, a encomendação do corpo, rezamos e cantamos o Salmo 23, para acolher, como membros da sua família. São pessoas que não têm família, além das suas próprias atropelamentos pessoais.

A Ver.^a Mari pergunta por que a fiscalização da Prefeitura não atua. Olha, é o seguinte: nós fazemos fiscalização dos serviços, mas nós não somos um agente fiscal, a FASC; nem o fiscal de contrato, nem o fiscal de serviço, que é um agente fiscal com poder de multa e de autuação. O que nós podemos é recomendar melhorias no serviço ou propor interrupção de contrato, é a única coisa que é possível. E a Garoa da Farrapos teve a fiscalização de serviços em 05 de julho de 2023, e isso vai vencer; no próximo julho teria uma nova fiscalização. Quero dizer para vocês que a pousada, espartana e franciscanamente, atende o mínimo vital necessário para habitabilidade. É claro que se encontrarmos fios desencapados, fios soltos, fios não protegidos, se encontrarmos um ventilador sem a devida proteção da grade, se encontrarmos sujeira, necessidade de desratização, intervimos permanentemente. Na quinta-feira, no dia anterior à tragédia, recebi, através do Gil Almeida, uma denúncia de que a Pousada da Garoa aqui do Centro Histórico, na Av. Sete de Setembro estava com a marquise imunda, suja, tinha lixo jogado pelas janelas e era uma sujeira e os vizinhos reclamaram. No final da tarde quinta-feira, tenho umas fotos, eu pessoalmente me envolvi com isso e a marquise estava limpa. Então esta relação de “tem deficiência, tem que melhorar”, de modo geral funcionava. É claro que agora nós vamos fazer um pente fino, portanto não é a primeira fiscalização, é uma fiscalização que inclui vigilância sanitária, os critérios FASC que nós aplicamos rotineiramente e também os critérios de engenharia da Prefeitura para ver questões estruturais; e somos inaptos, incompetentes para realizar fiscalização de PPCI. Embora tenhamos o relatório das providências tomadas pela pousada de todos os equipamentos comprados para atender o PPCI, recebemos cópia desses equipamentos, e as pousadas tinham, sim, um conjunto de equipamentos exigidos pelo PPCI; não sei se todos e não sei se corretamente distribuídos, mas eles adquiriram e as pousadas tinham, sim, extintores de incêndio. O que seria inócuo, o que é inócuo e o que será inócuo ter extintor de incêndio se um incendiário entrar com uma bomba de explosão dentro do Plaza São Rafael, dentro da Catedral ou dentro da empresa privada; se alguém entrar com uma bomba, a empresa vai ficar incendiada, vai pegar fogo, e foi isso que aconteceu na pousada, muito provavelmente.

Bom, sobre limitarmos a concorrência a que refere a vereadora Mari: olha, foi feito um credenciamento aberto, a modalidade de credenciamento é a mais generosa para acesso de todos, e todo mercado pode participar, o terceiro setor, o mercado privado, o mercado misto, todas as organizações podem participar de um credenciamento, e

realmente, pessoal, não há interesse dos empreendedores de trabalhar com essa população. O único que manifestou interesse foi a Pousada Garoa.

Bom, o Ver. Cassiá refere que nós precisamos então prestar contas. Nós estamos 100% disponíveis. Atenderemos todas as vezes que vocês chamarem para prestar contas, dar informações e fundamentar as decisões tomadas. Quero dizer que estamos plenamente à disposição. E, concordando com o senhor, eu acho que é de orgulhar a abordagem que a imprensa tem dado. Eu tenho sido a pessoa entrevistada e me sinto profundamente questionado, me vejo em saias justas, em nenhum momento não me sinto profundamente respeitado, ao contrário, me sinto bastante respeitado, e acho que a abordagem tem sido adequada.

Vamos ao Ver. Janta. Bom, teria que ter em dia o alvará, diz o Ver. Janta. Eles tinham o alvará da pousada, e esse alvará venceu no segundo semestre do ano passado, e, quando foram renovar o alvará, foram dispensados da renovação do alvará exatamente pela lei federal que dispensa alvará para atividades de baixo impacto. Quem sabe, nós vamos propor, a partir de agora, que se reveja que pousadas não é uma atividade de baixo risco e de baixo impacto. Vamos rever isso. Mas eles não fizeram a atualização do alvará, que tinha o alvará daquela unidade, porque foram dispensados pela legislação brasileira. O senhor referiu fiação exposta. Isso é intolerável, e, se um funcionário convive com isso, nós temos que advertir, admoestar e eventualmente punir. Compreende?! Fiação exposta não é possível. Eu já vi, entre todas as investigações feitas pela imprensa, em uma unidade tem fio aparente sim, é verdade, e isso nós vamos ter que corrigir. Por isso a operação de pente fino que está sendo realizado a partir de hoje, já foram feitas, o pente fino já foi feito em três endereços.

A Ver.^a Karen Santos diz que tem muitos relatos de inadequação. Vereadora, esses relatos de inadequação têm que virar ofício de denúncia concreta para nós. Vindo da Câmara, vindo de ONGs ou vindo de trabalhadores. Tem muitos veículos de comunicação alternativos que nos dizem: “Os funcionários da FASC dizendo isso, o funcionário da FASC disse aquilo...” Olha, o funcionário da FASC tem que dizer para nós que somos os gestores, nós temos uma agenda de reuniões da FASC o tempo todo. Nós fazemos mais reunião do que atender a população na FASC. Então, nesses espaços, essas denúncias têm que vir. Então se tem funcionário que tem algo a dizer, tem que dizer para quem tem a responsabilidade da gestão. Nós não temos nenhuma dessas coisas que foram comentadas em nome de outros registradas, pendentes de providências de nossa parte.

Bom, a vereadora insiste que nós temos responsabilidade. Sim, de fato, isso é assim: o síndico que faz uma obra no condomínio, ele é criticado pelos moradores; aquele que nunca assume a gestão do condomínio, ele nunca vai ser criticado. Só corre o risco que eu corri, humanamente, de botar no meu currículo esse acidente, depois de trabalhar 50 anos pela defesa, a garantia e proteção social, com a defesa de direitos. Eu tinha 21 anos quando participei da fundação de um partido político; 20 anos quando participei da fundação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; e eu tinha 19 anos quando, com o Jairo Carneiro, fundei a oposição sindical metalúrgica de Porto Alegre. E só porque eu

fiz muito o tempo todo e só me dediquei à causa pública que eu corro o risco de tudo que deu errado no período, responder por isso e, de fato, eu respondo, não tenham dúvida. Eu só servi à coletividade, eu nunca trabalhei para o interesse individual ou para o interesse privado. Eu sempre trabalhei em torno de causas públicas, inclusive, quando tive atividade privada, que foi de professor, foi para ensinar alunos a trabalhar na causa pública. Então, esse ônus eu assumo e levo comigo.

O Ver. Culau pergunta sobre os atendimentos aos sobreviventes. Todos os sobreviventes, os que eram da FASC e os que não são da FASC foram todos acolhidos por nossos equipamentos melhores capacitados do que a pousada, porque a pousada é um grau de absoluta autonomia do morador. Eles, hoje, todos estão em casas, em abrigos que têm assistente social, psicólogo, enfermagem, educador social, educador popular, infraestrutura e alimentação garantida. Todos eles foram encaminhados, com a exceção de um que apareceu na RBS TV e que foi para uma outra unidade da pousada. Ele foi para uma outra unidade da pousada porque sempre o alvo da política é consultado e participa do processo de decisão. E a decisão foi tomada a pedido e em conjunto com ele, e é assim que a assistência social funciona. Não é no governo Melo que é assim; ela sempre funcionou assim. É assim que os operadores da assistência social trabalham.

Ver. Oliboni, bom, Ver. Oliboni, se houve algum chaveamento de alguém numa pousada, isso é crime, e nós temos que providenciar a prisão. Isso não existe para nós, nunca ouvimos essa denúncia, nunca recebemos, não há uma foto, não há um registro, não há nada. E quando houver, o senhor, por favor: nome, endereço e quem fez isso. Porque isso é crime, nós temos que chamar a polícia. Isso é cárcere privado, pessoal. Isso não existe. O problema é o contrário, ao contrário, senhores vereadores: o problema da pousada é o acesso franco e fácil; ao contrário: é a casa da mãe Joana praticamente. Entra o cara lá com uma bomba de gasolina e explode o negócio. Não há cadeado, ao contrário, nós temos que botar cadeado, nós temos que botar segurança na entrada e identificar quem entra nesses locais.

Quais os nomes dos internados. Os nomes dos internados nós temos todos, só que há uma lei que preserva esses nomes, que não são divulgados. É respeitada a autonomia dos internados da psiquiatria, da saúde e da assistência social. Nós somos vedados, não podemos entregar os nomes. Entregamos, pela primeira vez, os nomes, hoje à tarde, à Defensoria Pública, porque é um órgão de Estado e nós vamos confiar que eles vão dar o devido velamento e proteção aos nomes das pessoas que foram internas. Nós temos os nomes deles e estamos reservando isso para as atividades de Estado. Não sabemos quem é quem, dos identificados...

(Aparte antirregimental.)

SR. LÉO VOIGT: Bom, mas o acorrentado... Vamos chamar a polícia. Por favor, me ajudem. O Corpo de Bombeiros falou isso?

(Aparte antirregimental.)

SR. LÉO VOIGT: Poxa, mas que... Onde é que está a prova? Eu acho que eu percorri todas as anotações que eu fiz. Era isso. Obrigado pela paciência de vocês.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Secretário, eu fiz 16 questionamentos e o senhor me respondeu dois. Então eu vou pedir que o senhor me encaminhe. Eu fiz 16 questionamento referentes ao contrato da FASC com a pousada.

SR. LÉO VOIGT: Podes me encaminhar?

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Encaminho por WhatsApp. Eu fiz 16 questionamentos. E volto a insistir nos dois que teriam que ter quartos ventilados e a distância de 1,5m entre as camas – isso está no contrato.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Claudio Janta. Agradeço ao Sr. Léo, secretário municipal de desenvolvimento social; ao Sr. Roberto Rocha, procurador-geral do Município; ao Sr. Fernando Ritter, secretário municipal de Saúde; ao coronel Evaldo Rodrigues Júnior, coordenador-geral da Defesa Civil; e ao Cristiano Roratto, presidente da FASC pelos esclarecimentos. Os vereadores que tiverem ainda alguma dúvida, eu tenho certeza de que o secretário está à disposição, como já se colocou à disposição de responder por escrito para todos os vereadores. Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

(Encerram-se os trabalhos às 19h27min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *